



Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Carangola/MG

Rua Pedro de Oliveira, 224, Centro- Carangola/MG

Email: casadosconselhoescgla@gmail.com

RESOLUÇÃO Nº 004/2022

"Dispõe sobre a aprovação da Inscrição da entidade Sociedade Carangolense de Proteção e Assistência ao Idoso- SCPAI, no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Carangola/MG".

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI- Carangola/MG), no uso de suas atribuições, estabelecidas na Lei Municipal nº 4.878, de 16 de junho de 2016, que reestrutura o Conselho Municipal dos Direitos dos Idosos no Município de Carangola, cria o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Carangola e adota outras providências, bem como em cumprimento à deliberação na reunião ordinária, realizada no dia 03 de agosto de 2022.

CONSIDERANDO: o Art. 9.º do Estatuto do Idoso, que ressalta a obrigatoriedade do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

Considerando: a Resolução 001/2022 a qual "dispõe sobre o registro de entidades governamentais e não governamentais, com ou sem fins lucrativos, e inscrição de seus programas, projetos e serviços de atendimento ao idoso junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Carangola/MG

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR, nos termos da Ata nº 52/2022, a inscrição da entidade "Sociedade Carangolense de Proteção e Assistência ao Idoso - SCPAI", inscrita no CNPJ nº 19.278.431/0001-42, com sede à Rua Santa Luzia, nº 250, Centro - Carangola/MG.

Art. 2º - Expeça-se o competente Comprovante de Inscrição da Entidade, de acordo com a esta Resolução.

Art. 3º - Cientifique-se à entidade.



Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Carangola/MG
Rua Pedro de Oliveira, 224, Centro- Carangola/MG
Email: casadosconselhoscgla@gmail.com

Art. 4º - O Registro terá validade por 02 (dois) anos, podendo ser renovado por igual período, mediante parecer da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação quanto à regularidade e ao funcionamento da entidade validado pelo CMDPI, devendo os responsáveis pela Instituição manter a documentação cadastral atualizada ao Conselho.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Carangola/MG, 03 de agosto de 2022.

José Carlos Alves da Rocha
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Carangola/MG